



INDEPENDÊNCIA A.C.: HISTÓRIAS DO BRASIL ANTES DO CENTENÁRIO

INDEPENDENCE B.C.: HISTORIES OF BRAZIL BEFORE THE CENTENARY

MARIA RENATA DA CRUZ DURAN¹

Resumo

O Bicentenário da Independência do Brasil trouxe à tona uma nova cepa de trabalhos acadêmicos que apresentaram o esforço de revisar a bibliografia acerca do tema. Por uma série de razões plenamente justificáveis e legítimas, a maior parte desses trabalhos foi dedicada a uma historiografia desenvolvida após o início do século XX. No presente texto o leitor irá encontrar uma revisão da literatura especializada acerca da Independência do Brasil que, produzida durante o século XIX, teve como objetivo consolidar a História da Independência como uma memória, uma cronologia, um capital, um patrimônio, uma educação e/ou uma política. Os autores foram agrupados por períodos e suas obras descritas em estilo simplificado, mas não desprovido de uma perspectiva crítica. O objetivo do texto é evitar que novidades sejam anunciadas pelo desconhecimento de obras que caíram no esquecimento, mas também prevenir que o dito universo conservador ou tradicional receba atributos que não lhe cabem. Por fim, esse texto faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo em que tanto a História quanto a crítica ainda não tinham nascido como palavra impressa, mas já movimentavam a roda do tempo, como força retórica.

Palavras-chave: Historiografia da independência do Brasil; Nacionalismos; Independência do Brasil.

Abstract

The Bicentenary of Brazil's Independence has prompted a renewal of historiographical studies on the topic, often centered on twentieth-century productions. This article revisits nineteenth-century historiography of the Independence, highlighting works and authors who are now often forgotten or misrepresented. Dividing the material into three stages — from memory to chronology, from capital to heritage, from borders to patriarchs —, the study aims to map the historical construction strategies of Independence during the nineteenth century. Unlike the United States, where a narrative centered on "Founding Fathers" emerged early, in Brazil such a tradition only developed toward the end of the nineteenth century, as this article presents, since until then Dom Pedro I, as a monarch, remained the sole hero and anti-hero of Independence. More than a critical review, this essay seeks to offer a reading guide for students and researchers interested in understanding the formation of Brazilian historiographical tradition. It concludes that knowledge of these works is essential to recognize the links between nineteenth-century interpretations and the paradigms established in the twentieth century, thus renewing the reflection on the role of Independence in the national narrative.

Keywords: *Historiography of Brazilian Independence; Nationalisms; Brazil Independence.*

¹ Professora de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mrcduran@uel.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1949-4103>.



“Se fica resolvido que não apareceu iniciador da ideia e que não tivemos protagonista eminente que arrogasse aos seus esforços o êxito da contenda, seguir-se-á porventura, que não possamos dar a alguém o glorioso título de patriarca da Independência nacional?”

Tristão de Araripe, 1894, p. 173

1. De Luís Gonçalves dos Santos a David Warden: de memória a cronologia

Na Capela Real, os mais antigos capelães vindos de Portugal guardavam as insígnias da realeza, mas também registravam as justificativas e os desdobramentos de seu poder monárquico recém transferido para os trópicos. Uma idéia mais concreta da presença e/ou perspectiva religiosa no processo de Independência é aquela fornecida pelas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, escritas pelo padre Luis Gonçalves dos Santos e oferecidas à moda antiga, em um belo manuscrito de letra cursiva, ao jovem Imperador. Muito provavelmente inspiradas pelas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, escritas pelo monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo e publicadas pela Imprensa Régia em 1820, as *Memórias* do padre, entretanto, só apareceram publicamente no ano da Independência.

Santos fazia parte da Capela Real e era natural do Porto. Veio para o Brasil com a corte, ano de início da sua memória. O trabalho foi publicado em 2 tomos, o primeiro começa em 1808 e termina em 1815 e o segundo de 1815 até 1831. A obra é mais um ‘diário do reino’ no primeiro tomo e começa a ser mais reflexiva no segundo tomo. Se o pesquisador começar seu estudo da Independência por essa obra, poderá achar que a Independência foi um processo composto por uma série de ritos, festas e cerimônias públicas, a maior parte delas mediadas pela Igreja ou realizadas em uma igreja, especialmente na Capela Real. Ainda assim, não se reconhece a obra como “História” e sim como um trabalho que iria “servir à História”.

Se as mais tradicionais histórias da História, como a de Hervé Martin e Guy Bordé se referem à parenética, no Brasil, esse trabalho não é trivial e se fosse colocado aqui, soaria mais como um desvio do que como uma revisão da norma, então, deixemos sua discussão para outra oportunidade. É mais corriqueiro que a historiografia local celebre o trabalho de viajantes e estrangeiros como a pedra fundamental da História do Brasil,. Antes de prosseguir nesse rumo, a “Crônica Autêntica da Regência do Brasil...” escrita pelo Visconde de Cairu,



de 1829, merece ser mencionada não apenas pela celebridade de seu autor, mas também porque há ali um recorrido de dados e considerações acerca do modo como a regência de d. João VI conformou uma autonomia brasileira.

No rastro dos viajantes, Hendrick Kraay, no texto “A independência na historiografia europeia e norte-americana”, escrito para o livro organizado pelo professor István Jancsó em 2005, afirmou que, já no século XIX, começava a ser escrita uma história da Independência do Brasil. Kraay incluiu entre esses autores os viajantes que se concentraram na transferência da corte portuguesa para o Brasil, evento considerado por muitos — sobretudo pelos ingleses — como o marco inicial do processo de emancipação brasileira em relação a Portugal e, portanto, como o começo de uma História do Brasil.

Para mais, segundo o professor da Universidade de Calgary, são muitas as suspeitas de que esses primeiros trabalhos tenham sido cópias, sínteses, traduções ou uma mistura desses três procedimentos em relação a trabalhos já publicados, seja em português, seja em língua estrangeira. Autores como Andrew Grant, que nunca esteve no Brasil, com uma “History of Brazil” de 1809, suposta cópia do relato de Thomas Lindley. Ou James Henderson, que visitou o país em 1810, mas só publicou em 1821, e cujo livro foi reputado como cópia da “Corografia Brasílica” de Manuel Aires de Casal, publicada em 1817. Note-se que, mesmo se tratando de cópias, do primeiro para o segundo há um aperfeiçoamento, considerado evolução, se nos posicionarmos de maneira tão positiva quanto Auguste Comte. Isso porque Thomas Lindley passou boa parte de sua viagem ao Brasil preso, o que provavelmente limitou muito a história de Grant, enquanto o jesuíta Aires de Casal viveu no Brasil por mais de 20 anos e reuniu em sua obra documentos como a famosa carta de Adolfo Caminha, fundando uma espécie de História do Brasil.

Hendrick Kraay destacou, na sequência, os três volumes do trabalho de Robert Southey, publicados em 1810, 1817 e 1819, cuja tradução para o português só ocorreu em 1862. Kraay registrou uma anotação do clérigo irlandês Robert Walsh em 1828 sobre uma conversa em que o próprio bispo do Rio de Janeiro havia mostrado o seu exemplar da obra de Southey em inglês e tinha dito que o trabalho era muito apreciado pelos os beletristas da Capela Real e que Pizarro, como o bibliófilo Rubens Borba de Moraes confirmaria mais tarde, teria inclusive utilizado a obra para escrever sua História.



Embora também nunca tenha pisado no Brasil, Southey foi capaz de se sensibilizar com a importância da religião para a cultura das letras no país. Em uma edição publicada um pouco depois de sua morte, ele registrava:

Não havia classe de gente que mais alta estivesse e na estima pública do que o clero secular; nenhuma que possuísse igual influência sobre o povo, mas tão pouco nenhuma que estivesse animada do mesmo desejo de fazer todos os dízimos das conquistas portuguesas à coroa, que sobre si tomou a matança do clero, ônus que pelo produto daqueles não era compensado, enquanto se não tornavam prósperas as colônias. Depois veio o convênio a ser proveitoso à coroa, mas prejudicial ao país. O governo exigia esses dízimos por inteiro, e o clero estava persuadido da injustiça da comutação. As paróquias não se subdividiam quando o aumento da população o reclamava, porque a criação de cada uma acarretava novas despesas ao tesouro, consideração que se não daria se da terra derivasse o clero o seu sustento. Mas a todos os respeitos é um erro de política conserva-lo na pobreza. Nunca houve riqueza em tempos e países bárbaros, que mais beneficentemente fosse empregada do que o da igreja: testemunhas a arquitetura, as artes e as letras (SOUTHEY, 1845/1965, p. 367).

Robert Southey escreveu uma longa e robusta História do Brasil. Seu apreço às fontes escritas é mais notável do que em obras de compatriotas que escreveram antes, assim como uma preocupação maior em relação a uma conjuntura mais ampla do que o eixo Rio-Lisboa-Londres. Nessa história, em que a Independência é um acontecimento detalhadamente descrito no terceiro volume, a presença dos Andrada está diluída entre outros atores. Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo conquistaram alguma admiração do narrador, assim como a austríaca d. Leopoldina.

No segundo volume, contudo, Southey destacou os “Progressos do Brasil no século XVIII e seu estado ao tempo de passar-se para ali a sede do governo”. Fugindo seja de uma descrição concentrada no Rio de Janeiro, seja de outra pautada pelas paragens de uma viagem, Southey se esforçou por apresentar o que se considerada como Brasil em sua amplitude. Ofereceu, portanto, uma descrição da capitania do Rio Negro, da cidade do Pará, da vila de Fortaleza, dos confins do Rio Grande e mesmo de algumas cidades do interior de Pernambuco. Em resumo, o autor preocupou-se em fornecer um quadro geral da paisagem local, bem como em destacar uma história particular para cada um desses territórios demonstrando a complexidade do que podia se chamar de Brasil naquela época. Na página 287 da edição que tive em mãos, o estudioso inglês chegava a se espantar, assinalando que “em um país de tão raro povoado, eram de enorme extensão as paróquias, não havendo talvez uma igreja por oitenta ou cem milhas”. A rarefação do povo cruzada com a ausência de um direcionamento de seus espíritos dificultava, para Southey, a tarefa de fazer do Brasil um país.



Paralelamente, Southey não se esquivou de opinar sobre o negro e a escravidão, o banzo, o suicídio e a exploração do “negro gado humano” (SOUTHEY, 1845/1965, p. 320). Southey destacou a falta de liberdade dos negros e também dos brancos no Brasil, mediante sanções de letras impressas e trânsito de mercadorias como danosa ao país e indicou, no horizonte, “um futuro de glória” que se abria aos brasileiros caso conseguissem escapar do “flagelo da revolução, que destruiria a felicidade de toda a geração” vigente (SOUTHEY, 1845/1965, p. 367)

Alphonse Beauchamp se posicionou mais ou menos no mesmo território, talvez porque, como assinalou Henrick Kraay, plagiou o trabalho de Robert Southey já em 1815, quando lançou sua primeira obra. Em 1824, quando publicou “Réfutation de l'écrit intitulé, Coup-d'oeil sur l'état politique du Brésil au 12 novembre 1823, considéré dans ses divers rapports avec le Portugal”, totalmente digitalizado pela Biblioteca Brasileira (USP), em Londres, poucas discrepâncias, senão alguma atualização ao tema foi acrescentada, indicando a conhecida Bonifácia e a criação de uma Assembléia Constitucional como partes importantes da Independência.

Kraay também incluiu em sua lista a obra de Eugene Monglave, publicada em 1827, acerca das correspondências entre d. João VI e d. Pedro I. Assim como a do engenheiro militar Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, cujo “Resumo da História do Brasil até 1828” foi publicado em português no Rio de Janeiro, e traduzido por um R. Denis, em 1831 - ainda que nosso guia tenha indicado 1834 e 1837 como as únicas datas de publicação dessa obra. Esse livro, que encontrei num dos sebos em torno do Largo São Francisco, em São Paulo, é eloquente demais para conseguir acrescentar dados àqueles apresentados pelos colegas estrangeiros. Uma palavra, entretanto, vale ser dita sobre essa obra: para Bellegarde, a intolerância religiosa teria sido um dos primeiros indícios da decadência lusitana e a causa principal da Independência do Brasil.

Entre a primeira edição de Southey e a última de Bellegarde, teremos um devoto do Brasil: Jean-Ferdinand Denis. O historiador viveu no país de 1816 até 1821 e em 1822 publicou, com Hippolyte Taunay, a primeira de suas muitas obras sobre o país. Há que se reconhecer duas vantagens da obra de Denis, primeiro que seus livros foram traduzidos para várias línguas, até mesmo o alemão, divulgando uma história do Brasil para além do mundo anglófono e talvez subsidiando obras que Hendrick Kraay citou em seu texto como as de Ledbrecht (1827), Munch (1829), Grosse (1836) e Sudler (1837), mas que eu,



particularmente, desconheço. Depois, que Denis preparou uma série de atualizações para as suas obras, ou seja, a sua *Breve História do Brasil...*, de 1825, por exemplo, não apenas foi acrescida de novos dados e acontecimentos, como também passou por um processo de maturação do seu autor. Essa história francesa do Brasil começou com a presença francesa no Brasil, demarcada com a tomada da França Antártica por Villegaignon. Uma das coisas que mais me chamou atenção em *Brésil* foi a descrição das populações ameríndias que o francês conheceu, seguida por uma interpretação pela qual esses povos tendiam a se mesclarem com portugueses e africanos. Denis destacava, nessa sua leitura, que a pacificação e a conquista da autonomia do Brasil passaria por essa miscigenação. Por essa razão, pode-se dizer que o padre tenha sido um dos pioneiros na tese de que a independência brasileira dependia do equilíbrio político na representação dos povos que habitavam o território e também que sua leitura é tão importante para aqueles que procuram verificar a relevância etnográfica do período quanto artistas como Debret.

Houve, portanto, uma ampla participação de artistas que redigiram notas “históricas” sobre suas visitas ao Brasil, e suas contribuições foram importantes para a construção de uma “imagem brasileira” capaz de emancipar nossa representação em relação a Portugal. Entre os autores desse tipo de história, destaco Johan Moritz Rugendas e, sobretudo, Jean-Baptiste Debret, que elaboraram uma narrativa visual sobre o período da Independência do Brasil, colaborando, à sua época e de maneira bastante tradicional, para a formação da ideia de Independência. Enquanto Rugendas teve sua “Viagem Pitoresca” publicada em 1835, Debret, publicou de 1834 até 1839 as pranchas que compôs entre 1816 e 1831, período em que residiu no Brasil. Embora esse tipo de narrativa não possa ser considerado uma história tradicional, os quadros de Debret, assim como os de Delacroix na França revolucionária, canonizaram uma imagem do Brasil no início do século XIX e, no caso da Independência, Debret foi quem cristalizou duas importantes imagens.

Primeiro a da aclamação de d. Pedro I no campo de Sant’Anna , depois a da coroação de d. Pedro I como imperador do Brasil na Capela Real. Ambos os quadros foram essenciais para a construção de um imaginário da Independência do Brasil, o primeiro destacando a aclamação popular, ou seja, o interesse local na emancipação do país e na coroação desse príncipe como representante da nação. O segundo demarcando a posição da nobreza local na fundação do país e de seu patriotismo, bem como ressaltando a brasilidade dessa monarquia por signos tais como o manto de plumas de aves brasileiras utilizado por d. Pedro I. Esse



quadro, que teve como molde obras já reconhecidas internacionalmente, nomeadamente os retratos de Napoleão, ainda reforçava a tradição monárquica europeia de d. Pedro I, fazendo com que o Bragança fosse mais facilmente reconhecido como rei na Europa, ainda que seu trono se situasse no hemisfério austral. As imagens podem não ter sido conformadas como representações escritas ou esforços narrativos, mas certamente colaboraram para que tais desenvolvimentos se efetivassem.

Outros viajantes, Auguste de Saint Hilaire e Maria Graham, também merecem destaque. O primeiro por seu “Précis Historique des Révolutions du Brésil”, publicado em 1833. Nessa obra, que sucede suas notas históricas acerca de uma longa viagem pelo país em formação, o naturalista ressalta a falta de unidade do Brasil durante a Independência, bem como as dúvidas de seu autor acerca das condições de prosperidade do país. A segunda, porque em nos diários de suas 3 viagens ao Brasil esboça uma história que explique ao seu leitor a terra que ela está descrevendo, além de apresentar uma visão da Independência que inclui tanto seu borbulhar no Rio de Janeiro de 1821, quanto seu ponto de evaporação na Bahia de 1823. Acompanhante da nau de Lord Cochrane e indicada para a tutoria de Maria da Glória, Maria Graham foi uma testemunha tão privilegiada, quanto diferenciada, pela condição de mulher em meio a um cortejo formado só por homens e, mais, de uma mulher que viajou como poucos homens tinham feito em sua época e que escreveu mais livros que muitos deles o fizeram.

Muito próximo da série de eventos que compõe a Independência do Brasil também esteve Francisco Gomes da Silva, o companheiro das aventuras de d. Pedro I conhecido como Chalaça. Publicadas em Londres no ano de 1831, as “Memórias” do Chalaça começam em agosto de 1822, quando foi chamado para prestar seus serviços junto ao Príncipe em uma viagem à São Paulo. Já sabemos no que essa viagem resultou, mas o que o Chalaça nos conta, de modo muito opinativo, aut centrado e descritivo, é uma história das “estórias” ouvidas por aqueles que estavam ao redor do Príncipe nos momentos que compõe o processo de Independência. Segundo ele, nesse tempo, as facções se iludiam, *“como se iludem quase sempre os homens arrastados pelas paixões de um partido”* (SILVA, 1959, p. 68). Entre as ilusões mais recorrentes, aquelas projetadas pelos religiosos eram as mais danosas na opinião do Chalaça. Segundo o memorialista, “a seita dos Jesuítas” (SILVA, 1959, p. 69) causava tantos estragos quanto discursos, o que nos leva a crer que não apenas os pregadores oficiais



tiveram um papel decisivo no processo político coetâneo, como também os pregadores não oficiais se imiscuíram no caminho.

Finda com o livro do Chalaça um tempo em que se escrevia a história da Independência na presença de um de seus protagonistas, o imperador d. Pedro I. Escrever sobre a Independência na presença do imperador podia significar muitas coisas, entre elas, o risco de uma censura cujas consequências iam do desterro à perda de regalias. De 1831 em diante, o rei era outro. Tratava-se de um menino para quem a retórica ainda não fazia efeito. Tratava-se de um tempo de regência, em que os poderes estavam sendo testados, assim como d. Pedro na Europa. Não adiantava que se rechaçasse o poder de d. Pedro completamente, ele poderia virar d. Pedro IV a qualquer momento, assim como d. Miguel poderia ascender ao trono de maneira permanente, tornando-nos espanhóis outra vez. Na Inglaterra, ocupava o trono o último representante da casa de Hanover, William IV. Na França, ascendia o Monarca-Cidadão. Nos Estados Unidos, mais precisamente em Boston, tinha início a publicação de um dos mais combativos jornais abolicionistas, *The Liberator*. Charles Darwin e Alexis de Tocqueville começaram suas famosas viagens também nesse ano de 1831. Na historiografia da Independência continuaram, por alguns anos, os mesmos tipos de autores, historiadores diletantes, escritores viajantes, publicando obras que tinham sido escritas antes que os efeitos das mudanças elencadas nesse parágrafo se fizessem sentir. Sigamos a marola dessas última onda.

Em 1832, o historiador David Warden, publicou “Histoire de l’Empire du Brésil”. Segundo Hendrik Kraay (2005), o trabalho teria sido um dos mais consultados para pensar a cronologia. Não espanta que o livro fosse aberto por um capítulo intitulado “descrição da história e cronologia do Brasil” e que, poucos anos depois, o próprio Januário da Cunha Barbosa tivesse traduzido alguns de seus trechos para um dos primeiros volumes das revistas do IHGB, que apresentarei logo mais.

Houve outros viajantes, memorialistas e artistas no período, mas esses foram os que de maneira mais incisiva ou deliberada abordaram a Independência. Como se viu, essa abordagem foi muitas vezes sutil, não apenas por uma falta de posicionamento dos autores, mas também pela ausência de uma perspectiva histórica que só se ganha com o tempo e de uma efetiva e ampla comunicação dos processos em curso.

2. De John Armitage a Francisco Varnhagen: do capital ao patrimônio



Em 1836, a longeva historiografia sobre a Independência brasileira ganhou um de seus autores mais conhecidos, John Armitage (1836). Armitage chegou ao Brasil em 1828 com 21 anos para trabalhar na filial de uma empresa inglesa, esteve no Rio de Janeiro até 1831. Para negociar em nome do Conselho Legislativo no Ceilão, esteve algum tempo por lá. No retorno, adoeceu e faleceu em Manchester aos 48 anos. Embora tenhamos em mãos o livro de um viajante, Armitage se comprometeu com a história que contou buscando razões e fios condutores para sua narrativa e são esses os elementos que irão distingui-lo dos demais autores.

Armitage apresentava uma *História do Brasil* que começava com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Diagramados os poderes seculares e clericais até a transferência da corte, tanto em seu organograma, quanto numa espécie de balanço financeiro, findou o primeiro capítulo reafirmando que eram poucas as fontes de História do Brasil antes desse período, razão pela qual sua história começava aí. Segundo Armitage, “a julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.” (ARMITAGE, 1943, p. 41).

Do segundo capítulo em diante, a coisa muda. Por um lado, Armitage apontou a Independência como um projeto aventado na revolta de Pernambuco. Por outro lado, afirmou que com as cortes do Porto em cena e a mobilização dos Andrada e de d. Pedro I, teve início a emancipação do país. D. Pedro I, o protagonista da história de Armitage, foi por ele nomeado como um conquistador e descrito como um jovem impaciente que ansiava pelo poder prefigurado por uma imaginação arguta. O terceiro capítulo foi dedicado à criação do que chamou de Governos Provinciais Independentes, bem como ao esclarecimento de como essa lei acabou por tornar-se um princípio de uma desorganização social que daria início, internamente, à Independência, também um processo de unificação. Ao mesmo tempo, Armitage colocou em relevo a desorganização que se encontrava o sistema financeiro brasileiro, bem como seu banco. Assinalava que as dívidas eram maiores que as posses, que as letras raramente eram honradas e que o câmbio era instável. Com a instauração das cortes, todos esses desvios tornaram-se regras o que apressou a necessidade de uma unidade política mais favorável à racionalização das rendas num país aparentemente tão rico. No capítulo quatro, Armitage colocou Antonio Carlos Andrada sob forte holofote. A novidade da fórmula oratória dos Andrada, que Armitage chamou de eloquência declamatória, era debitária de uma



arraigada cultura local extremamente clerical e teria sido essencial para o que seria o Brasil independente, segundo o inglês. No capítulo seis, Armitage se debruçou sobre o comportamento e a forma de tratamento dos deputados brasileiros nas cortes portuguesas.

No capítulo sete, algo interessante acontece. Armitage não se ocupa longamente do que passou em torno do Ipiranga, prefere deslindar o decreto de 19 de setembro de 1822, destacando que os portugueses haviam considerado ilegal a convocação de uma Assembléia Constituinte no Brasil em junho, que os envolvidos seriam processados e que a proclamação da Independência do Brasil na verdade era uma proclamação de uma Independência do governo de São Paulo, não obstante, considerada igualmente ilegal e inválida. O decreto também reduzia d. Pedro I à condição de regente e transferia seus poderes para Lisboa, exigindo que ele embarcasse para lá em no máximo um mês e considerando quaisquer comandantes militares que agissem diferente do recomendado como traidores. Passo seguinte, Armitage abordava a importância que o Apostolado desenvolveu, galgando correligionários para a causa da Independência. No mesmo estilo, discorreu sobre Lord Cochrane, e o quanto sua armada teria sido crucial para a garantia de uma unidade independente no país. No capítulo oitavo, descreveu o encerramento dos trabalhos das Cortes Constituintes de Lisboa de maneira lúgubre e as convulsões que acometiam a Espanha e que impulsionavam muitas das ditas diabrites de d. Miguel quase como se a Independência do Brasil houvesse incorrido uma espécie de livramento de problemas mais graves.

Livres de Portugal, não estivemos livres de uma historiografia portuguesa sobre o Brasil e sua Independência, ainda que seja muito discreta a referência, no Brasil, da contribuição do colonizador nessa área. O historiador e filólogo português Francisco Solano Constâncio é um dos poucos que encontro citados entre os autores de balanços historiográficos no/do Brasil sobre esse tema. Solano publicou, em 1839, dois volumes de uma "Historia do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até á abdicação do Imperador D. Pedro I", que escreveu em Paris, cidade em que viveu quase toda a sua vida. Embora português de nascimento, Solano escreveu uma história da Independência brasileira que destacou, como vimos em Ferdinand Denis, a multiculturalidade tropical e o impasse luso-castelhano como os pivôs de um processo pacífico.

No Brasil, em 21 de outubro de 1838, depois de uma série de assembléias que delineavam os membros, os estatutos e a função, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, foi fundado junto aos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A



SAIN, que existia desde 1825, reunia não apenas naturalistas, professores e beletristas, como também militares, nobres, fazendeiros e comerciantes interessados na aplicação da ciência e do progresso científico para o incremento do país. A proposta de criar um outro órgão especialmente dedicado à história e à geografia do Brasil se dava não apenas pela ampliação das responsabilidades dessas duas instituições, mas também porque de 1825 até 1839, como vimos, a própria história do Brasil já havia se ampliado, tanto em eventos quanto em pretensos historiadores. Era necessário, como assinalava o cônego da Capela Real no discurso de abertura do IHGB, dar melhores condições de desenvolvimento, senão profissionalização, à história local.

O IHGB estabeleceu, logo após sua fundação, a publicação periódica de uma revista, a frequência com a qual era publicada contribuiu para o fomento da geografia e da história brasileiras. O primeiro tomo da revista saiu em 1839 com 4 seções ou "números". No primeiro deles figuram: uma breve notícia da criação do instituto, o seu discurso de abertura, as atas das primeiras reuniões e os estatutos. Depois, uma "História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Gaycurú", prenunciando todo o indigenismo romântico que sustentaria a especificidade da brasilidade e seu nacionalismo oitocentista. Há, ainda, espaço para a "memória" de um eclipse que, escrita por um Galileu brasileiro também contribuiu para a demarcação de um cientificismo racionalista nos espaços de discussão do instituto. E, finalmente, uma "necrologia" escrita sobre o marechal Raymundo da Cunha Mattos, demonstrando o tom de deferência que a revista teria e que se repetiria em todos os "números" desse tomo, ainda que escritas por autores diferentes.

O segundo conjunto do primeiro tomo incluiu um posicionamento do IHGB como "representante das idéias de ilustração" no Brasil, cuja genealogia foi apresentada pelo Visconde de São Leopoldo. Uma lista dos membros e as atas das reuniões de abril a maio de 1839 completaram essa história da própria história que o IHGB fazia. Dois relatórios de uma espécie de geografia territorial e populacional, um sobre a Gávea, outro sobre a capitania de São José do Rio Negro demonstraram a manutenção da preocupação geográfica. Houve também uma apreciação da "História do Brazil", publicada por Solano Constâncio em Paris. Uma memória da fundação da cidade do Rio de Janeiro e uma biografia de José Basílio da Gama completam esse número. Destaco que a memória sobre o Rio de Janeiro foi redigida cerca de 70 anos antes da publicação da revista e que, assim como outros materiais aqui relatados, apontam para a intenção do IHGB de não apenas apresentar uma discussão nova



sobre a história do Brasil, como também tornar suas fontes acessíveis e seus cânones conhecidos por todos. Esse é, inclusive, o mote do texto “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico”.

O pequeno texto é de uma ambição tremenda: recolher nos recondidos de um território vasto, tudo o que possa interessar à redação de uma história da “pátria”. Como se trata de uma classificação dos tipos de fontes que deveriam ser levantados para uso do IHGB, serão eles aqui detalhados. Dividiu-se a recomendação em 2 partes. A primeira é histórica e recomenda que se busquem: a) notícias biográficas de brasileiros distintos, assim como a explicação de sua celebridade; b) cópias de documentos interessantes à nação; c) descrições do comércio, indústria, geografia e literatura das províncias; d) notícias de fatos extraordinários; f) notícias sobre fauna, flora (medicinal e aplicável à construção), minerais, fármacos e frutos preciosos. A segunda é geográfica: a) notícias sobre a extensão da província, seus acidentes e suas fronteiras; b) notícias sobre a agricultura; c) sementes de árvores, carochos, bulbos e espécies de plantas deveriam ser remetidas à SAIN.

O número três do primeiro tomo apresentou um dos grandes nós da história local: a questão da escravidão. Ainda assim, o problema é equacionado em relação aos indígenas e não em relação à toda a população do país. Uma narração de viagem ao Paraná e uma "relação histórica" de uma população antiga e desconhecida são as fontes do número. Uma informação sobre a navegação pelo Rio Doce e uma notícia sobre os índios tupinambás são os mapeamentos que apresenta. Biografias e atas complementam com uma história de um tempo mais recente.

No número quatro, uma celebração do aniversário anual do instituto, seguido por elogios históricos do marechal Raymundo da Cunha Mattos e do major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, o fundador e o orador do instituto. Um catálogo dos governadores do Rio de Janeiro e dois juízos, que hoje poderíamos chamar de resenhas, sobre uma “História das Relações Comerciais entre França e Brasil” e outra sobre os “Annaes da província de São Pedro”, um extrato da resposta de Alexandre de Gusmão sobre a Colônia e outro sobre uma viagem ao Espírito Santo, além de uma biografia, escrita por Pizarro e Araújo são os materiais do número. Há ainda, um discurso sobre o nome do Brasil, recitado por José Silvestre Rebello.

A digressão sobre o primeiro tomo das muitas revistas do IHGB pode ter parecido cansativa, entretanto, foi importante para demarcar os sentidos de uma primeira história do



Brasil feita no Brasil de maneira sistemática. Por um lado, a manutenção de algumas tradições como: o personalismo da história baseada em biografias; as “relações históricas” como referências para periodização e cronologia; a escrita da História como tarefa de clérigos, nobres e militares; o levantamento e a seleção de fontes de demarcação territorial; os diários de viagem e os discursos como normas narrativas; as genealogias e histórias de fundações como método ou teleologia da pesquisa histórica. Por outro, algumas inovações temáticas, sobretudo concentradas no interesse em relação ao indígena e à escravidão.

Nos tomos seguintes, algumas publicações reforçam tais tradições e levantam novas tendências. No tomo segundo, por exemplo, já aparece um juízo crítico sobre a obra de Alexander von Humboldt, demarcando uma certa posição historiográfica. No tomo 3, as biografias de Maria Úrsula de Abreu Lencastre e de d. Rosa Maria de Siqueira apontam para uma historiografia sobre as mulheres, antes do que a historiografia contemporânea costuma assinalar. No mesmo tomo, a estréia de Luis Adolpho Varnhagen no IHGB acontece com o texto “Memória sobre a necessidade de estudos e ensino das línguas indígenas no Brasil”, reforçando a presença de estudos sobre a história dos índios e, de certa maneira, antecipando um dos argumentos do famoso ensaio de von Martius, que só seria publicado no tomo 5.

Em 1843, aos quase 50 anos, o naturalista Karl Friedrich Phillippe von Martius, que tinha vindo para o Brasil junto com a princesa Leopoldina e aqui ficou por mais alguns bons anos em uma longa expedição até os confins da Amazônia, atendeu ao chamado de Januário da Cunha Barbosa que requisitava contribuições sobre como escrever uma história do Brasil. Publicado no tomo quinto, o ensaio “Como se deve escrever a história do Brasil?” começava com uma defesa veemente da importância de se estudar a história dos índios locais. Para o autor, nessa história se imuscuía um passado profundo e desconhecido em que repousava a chave para a compreensão do Brasil. Isso porque o Brasil, segundo von Martius, era composto por indígenas, etíopes e portugueses. Enquanto os indígenas eram os menos conhecidos, os portugueses eram a parte "dominante". Uma história desses argonautas sonhadores incluía também um estudo do sistema de milícias criado por eles no Brasil e que perfilou um tipo específico de governança.

Não obstante, para von Martius, nenhuma história do Brasil poderia ser contada sem que se falasse do comércio, primeiro da madeira, mas depois das gentes, no que se estabeleceu uma relação entre Brasil e África incontornável: a escravatura. O autor destacou ainda a necessidade de contar as relações entre África e Portugal antes do Brasil e das



relações entre africanos e indígenas, indicando que o Visconde de Cairu e Luis Antonio de Oliveira Mendes teriam sido os únicos a abordarem a relação entre negros e brancos nos territórios designados. Por fim, assinalou que o historiador do Brasil deveria conhecer todo o país pessoalmente e ser capaz de escrever uma história de cada parte, mas também do todo, e desse todo em relação à Europa.

Embora a monarquia fosse o elemento aglutinador do patriotismo local, a Independência do Brasil não apareceu entre os eventos que von Martius indicou como essenciais para essa agenda da História do Brasil. Tampouco feitos de burocratas locais, tipos de discursos, fontes ou ordens religiosas e militares que estiveram envolvidas com a Independência foram apontados. Para a história da Independência, a importância desse marco que é o ensaio de von Martius reside tanto numa relação ampliada de fontes que se podia levantar, inclusive sobre o período não indicado por ele, quanto numa perspectiva relacional entre as províncias e o país como um todo.

Nas revistas do IHGB, a história da Independência surgiu explicitamente, somente, ou talvez justamente, no tomo de número 7. O volume, publicado em 1845, trazia uma biografia do orador sagrado frei Francisco de Sampaio compilada do jornal *Ostentor Brasileiro*. Vale a pena esclarecer que o pregador real teve um papel crucial na Independência. Ele foi o autor do Manifesto do Fico em janeiro de 1822, tinha sido um conselheiro muito próximo de d. Pedro I, que acessava sua cela no Convento Santo Antonio muito frequentemente e que tinha lhe prometido o bispado de São Paulo em troca de seus muitos esforços na propaganda da Independência. Preterido para o cargo em favor de um dos cortesãos da Marquesa de Santos, Sampaio faleceu perto dos 50 anos, segundo sua biografia, desiludido da política no Brasil.

Outros elementos importantes nessa história são: 1) as cartas 48 e 47 do frei Sampaio foram publicadas anteriormente nos tomos 3 e 4 da Revista e falavam de temas políticos de uma maneira filosófica, metafísica, algo intangível. Todavia, seu simples aparecimento é indício do tom com o qual a Independência seria tratada. 2) Na biografia do padre-mestre, quando o tempo da Independência foi abordado de maneira direta na Revista editada pelo também orador sagrado Januário da Cunha Barbosa, ele já nasceu, portanto, como uma continuidade, um processo, e também como uma fonte e não como uma opinião ou uma pesquisa, dado que se compilou ali uma biografia do jornal *Ostentor Brasileiro*, ao invés de se assinar o artigo ou de se escrever um artigo especialmente dedicado à Revista. 3) Além de processo referido e de história a ser pesquisada, o tempo da Independência era coroado com a



pecha da injustiça. Segundo a sua biografia, Sampaio, morreu antes do esperado numa espécie de auto-exílio. A sua lembrança trazia à tona as saudades do povo que o apreciava. *Pari passu*, o biógrafo defendia que “o homem não pode ser perfeito em tudo”, referindo-se provavelmente às posições políticas do frei, mas afirmava que sua literatura deveria ser reconhecida, ao menos para o elogio da área, que precisava crescer no Brasil. Nesses termos, foi como fonte literária que os primeiros escritos a respeito da Independência do Brasil foram julgados em suas primeiras aparições nas revistas do IHGB. A partir do tomo 7, contudo, é possível perceber que o IHGB incentivou abertamente a redação de uma História da Independência do Brasil, dando a entender que tinha reconhecidamente aberto o seu "Tribunal da Posteridade". Nesse tribunal, o destino do frei não era diferente daqueles que, como Januário da Cunha Barbosa, tinham sofrido a Bonifácia em outubro de 1822. Todos os envolvidos passaram, no século XIX, por uma espécie de devassa moral. Desde a partida de d. Pedro I, nem a figura do imperador passava pelo 7 de setembro sem um questionamento sobre a justiça da História da Independência. Foi, então, que um brasileiro educado em Portugal dedicou-se ao tema: Francisco Adolfo de Varnhagen.

O jovem já vinha ofertando trabalhos para publicação na revista do IHGB desde os seus primeiros tomos. Suas pesquisas nos arquivos portugueses, especialmente na Torre do Tombo, aonde tinha uma familiaridade pouco trivial, e seu trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros o levaram a produzir uma historiografia recheada de documentos, testemunhos e abordagens pouco convencionais até então. Já no início dos anos 1840, o IHGB o havia recrutado como um dos seus principais soldados nesse *front*.

Entre 1854 e 1857, antes de completar 40 anos, começou a publicar a sua *História do Brasil*. O livro é longo, composto por 2 volumes na primeira edição. A seção LIV é particularmente interessante para o tema aqui abordado, da bibliografia e das fontes acerca da História do Brasil e da Independência. O autor registrou uma série robusta de escritores que vai desde jornalistas até sermonistas, incluindo muitos memorialistas. Mais interessante ainda é que as últimas 250 páginas do segundo tomo são dedicadas a um processo de Independência igualmente comprido e detalhado. Dada sua centralidade no que diz respeito à História da história da Independência do Brasil no século XIX, bem como em relação à definição e ao trato das fontes históricas a partir dele, façamos uma sondagem mais acurada desse trabalho.

Para Varnhagen, a “Primeira conjuração em torno da Independência do Brasil” aconteceu em Coimbra, quando uma dúzia de brasileiros havia aventado a possibilidade como



um plano. Em 1786, em Montpellier, França, outro pequeno grupo de estudantes brasileiros, inspirados pela Independência norte-americana, se comprometeu a conjurá-la também no Brasil assim que possível. Um dos integrantes desse grupo teria mesmo chegado a se corresponder com o norte-americano Thomas Jefferson a esse respeito e outro, seu reminescente, teria levado idéias suficientes de liberdade para a província de Minas Gerais, insuflando a inconfidência mineira.

Daí em diante, o trânsito de d. João VI para o Rio de Janeiro fez o trabalho de separação gradual que foi coroado pelo seu filho, d. Pedro I. Passando pela Revolução pernambucana de 1817 e pela Revolução do Porto de 1820, pontuou uma regência de d. Pedro I em harmonia com as cortes e outra em desarmonia, quando foi proclamado Imperador. É esse o recorte final do segundo tomo da primeira edição da História do Brasil de Adolfo Varnhagen. O que se segue são alguns aportes para a periodização e as fontes que adotou.

As fontes de Varnhagen para a Independência compõe uma espécie de mística da historiografia brasileira. O historiador anunciou que foram tomados e protocolados vários testemunhos de pessoas que viveram os anos 1820 no Rio de Janeiro e em Lisboa e que estiveram muito próximas dos acontecimentos que marcaram a Independência. As transcrições literais desses testemunhos nunca foram encontradas, mas nas muitas cartas-denúncia ou juízos críticos que se publicava nos jornais da época tampouco se encontrou quem desmentisse a existência dos testemunhos ou o teor dos testemunhos, senão apenas a história que Varnhagen construiu a partir desses testemunhos. Não obstante, como ele estava baseado em Lisboa, a documentação escrita que acessou primeiro foi aquela situada na Torre do Tombo e circulante nas bancas de jornais lisboetas o que, certamente, contribuiu para que a sua história da Independência começasse na Europa e não no Brasil. Até que ele "chegue" ao Brasil, ele abordou um distanciamento do Brasil em relação à Portugal.

É comum dizer que as cerca de 250 páginas a respeito da Independência não poupam eventos e opiniões, notadamente de um monarquista que atribuiu a d. Pedro I a façanha da autonomia e da liberdade que, naturalmente, ocorreriam. A maior parte do texto foi dedicada ao período compreendido entre 6 de outubro de 1820, quando o Conde de Palmela chegou ao Rio de Janeiro trazendo as notícias da corte, e 7 de setembro de 1825, ano do reconhecimento da Independência pela Inglaterra. Segundo Varnhagen, Hipólito José da Costa já havia escrito no seu *Correio Brasiliense* que Brasil e Portugal eram dois estados diversos governados pelo mesmo rei, d. João VI, e quaisquer que fossem seus movimentos, o rei sempre deixaria um



espaço vago para ressentimentos. Enquanto o Conde de Palmela esperava levar o rei consigo para Lisboa, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal tinha outras idéias. Recomendava ao rei que declarasse as cortes consultivas e exigisse que o conteúdo das reformas fosse enviado para o Brasil a fim de ser avaliado por pessoas de províncias do Brasil.

Iniciou-se, entretanto, uma ação panfletária digna da expressão contemporânea “quarto poder”, em que publicistas, anônimos ou não, tanto em Portugal quanto no Brasil acirraram as disputas entre os nobres e os ânimos entre os populares. Conforme as querelas se acentuaram, a Constituição começou a ser debatida como a única saída para o impasse. Mas qual Constituição, escrita por quem? Segundo Varnhagen, na casa do padre Macamboa, havia semanas que um grupo já discutia algumas leis e no dia 26 de fevereiro de 1821, a artilharia e o terceiro batalhão dos caçadores se colocaram em forma de ataque no Rocio. O padre Góis se dirigiu para o Palácio de São Cristóvão e acordou a princesa e o príncipe que, no tempo de vestir as calças, chegou ao Rocio com um decreto assinado pelo rei revogando as decisões das Cortes e apresentando uma lista com uma dúzia de nomes para compor uma Junta de Governo local. Os nobres de plantão, incluindo Tomás Antonio, como Varnhagen o chama, e o bispo capelão-mor foram convidados a verificarem a tal lista no teatro vizinho ao Palácio de São Cristóvão. Com uma revisão nas datas, d. Pedro reapareceu no Rocio perto das 7 horas da manhã com o dito decreto em mãos.

Segundo Varnhagen, embora o poder político estivesse oficialmente no Rio de Janeiro, o Banco do Brasil não contava com ouro suficiente para bancar uma ruptura e os monarcas tinham essa consciência, por isso sua posição era de temporizar com os portugueses da Europa. Essa posição desgostava povo e eleitores locais que se reuniram em 21 de abril na Praça do Comércio. Eram muitos, cerca de 150. Entre eles, o padre Macamboa e Luís Duprat, filho de um alfaiate francês, "criatura de Silvestre Pinheiro Ferreira", como assinalou Varnhagen. Duprat atuou como uma Cassandra brasileira e vaticinou que “o barco que levasse os Bragança para a Europa, deixaria a Independência no Brasil”.

A agitação durou até o princípio da noite, quando foram recebidos pela rainha no Paço. Segundo Varnhagen, a intempestiva Carlota Joaquina foi designada para acalmar os ânimos, sem sucesso registrado. De São Cristóvão, os aglomerados receberam um decreto do rei, em que se comprometia a seguir a Constituição de Cadiz até que a portuguesa estivesse pronta. Já eram quatro horas da madrugada quando a comissão que cuidou dessa negociata pretendeu, então, dirigir-se para o Palácio de São Cristóvão a fim de dar notícia da rendição



dos aglomerados que, sob os gritos de Duprat, tinham se exaltado mais do que já se tinha visto no Rio de Janeiro. Todavia, notaram que estavam cercados, assim como o Largo do Paço e o Rocio estavam ocupados pela tropa, sob o comando de Jorge de Avilez, o mesmo que tinha vindo ao Brasil para a conquista de Montevidéo, e que dizia estar protegendo os interesses dos constitucionalistas portugueses.

Houve quebra-quebra, teve feridos e mortos. Segundo Varnhagen, um rasgo na cabeça serviu de “batismo de sangue de José Clemente Pereira” e a consequência foi que, tomado do horror incutido pelo 18 do brumário, d. João VI emitiu uma série de decretos. Entre todas as medidas absolutistas então promulgadas, o modo como a transferência do seu poder para o príncipe ou, na falta dele, para a princesa, foi guiado é a mais importante, porque garantia a permanência da monarquia no Brasil, fosse Bragança ou Habsburgo. Essa garantia, contudo, foi firmada sob um organograma ministerial composto por dois ministros de Estado, o presidente do Desembrago do Paço, o regedor das Justiças e, com menor importância, os secretários interinos da Guerra e da Marinha. Para Varnhagen, com a discrepância de poder que d. João VI deixou nessa junta ministerial, ele plantou o pomo da desunião que iria separar os dois reinos.

Em 3 de julho de 1821, o rei conseguia desembarcar em Lisboa. Seu discurso, escrito por Silvestre Pinheiro Ferreira, que não conta com a simpatia de Varnhagen em nenhum momento de sua história, é desastrado. Segundo Varnhagen, o discurso estava mais comprometido com a Constituição do que com a monarquia e o rei teve que se retratar, ainda que subliminarmente pela falta de jeito com as palavras. Por outro lado, os deputados que representavam o Brasil nas cortes, se apresentaram de maneira desconexa e essa desunião foi incentivada pelos portugueses.

Em outubro, as cortes portuguesas mandavam um presente de aniversário antecipado ao jovem príncipe: uma viagem incógnita de instrução pela Espanha, Inglaterra e França. Mas esse não era o pior dos recados, o comércio entre Brasil e Portugal estaria regulamentado por uma balança muito mais favorável à Lisboa do que antes de 1808. Os deputados do Brasil teriam escrito que o projeto juntava “o escárnio à fraude” e falava-se na formação de um grupo de deputados especialmente dedicados a atacarem o Brasil: o Regimento 22.

No Brasil, os problemas se sobrepunham: não havia recursos nas províncias, não havia dinheiro no Tesouro Público e, para reduzir os gastos, os burocratas tinham sido reunidos no Paço, aumentando a febre da rede de intrigas. Formava-se uma Junta das Províncias, o que



resultou, para Varnhagen numa nova divisão do poder. Nenhuma das partes envolvidas no governo agia por medo do que a outra podia fazer. Para Varnhagen, o marasmo dessa situação aborrecia o enérgico príncipe que começou a se confraternizar com as tropas mais frequentemente. Outros espaços de reunião também deram azo à novas idéias, esse era o caso da maçonaria e, também, das capelas e paróquias aonde se pregava a independência. Do entusiasmo crescente nesses espaços de sociabilidade emergiu uma familiaridade tanto com a independência, quanto com d. Pedro I como rei.

Perto do aniversário do príncipe, enquanto ele se ocupava de uma função no teatro, tenentes gerais e tenentes coronéis algo embriagados continuavam a dar provas de suas fidelidades com o continente europeu e com o território tropical. Jorge de Avilez, aproveitou para reunir sua tropa nos navios que comandava e para apontar seus canhões contra a Baía da Guanabara. Reuniram-se, então, tropas e milícias no Campo de Sant'Ana. Segundo Varnhagen, até o batalhão dos Henriques, milícia mestiça, tinha sido recrutado. Durante a madrugada, Avilez pediu ao príncipe que recolhesse suas tropas. O príncipe não só não recuou, como demitiu Avilez do cargo de governador das armas e reestruturou o seu comando de guerra com novos nomes, destacadamente alguns representantes do movimento de 1817, em Pernambuco. Com a partida de Avilez, um Conselho de Procuradores tornava-se pauta e d. Pedro, um maçom.

Em setembro, entrou em cena o mineralogista nascido em Santos, José Bonifácio de Andrada e Silva. Segundo Varnhagen, o velho Andrada deu mais unidade ao ministério, assim como foi essencial para o modo como as coisas se desdobraram. Jornais como o audacioso *Revérbero Constitucional Fluminense* começavam a mudar seu tom no final de 1821 a respeito da adoção da constituição portuguesa. Pensava-se, cada vez mais, em uma constituição local.

Em janeiro de 1822, o ultimato português para o retorno do príncipe teve como resposta o famoso “Fico”. Em Portugal, os deputados assinalavam a ameaça de Independência, na verdade, dando a tal idéia aos brasileiros que os ouviam. D. Pedro I enviava então uma carta ao Andrada mais moço, destacado deputado nas cortes portuguesas, contando com sua fidelidade. Levantadas disputas no território paulista, tem início a jornada de d. Pedro a São Paulo. Em meio a essa jornada, por conta das notícias recebidas de d. Leopoldina e de Bonifácio, d. Pedro proclamou a independência às margens do rio Ipiranga.



A maçonaria, segundo Varnhagen, foi a responsável pela aclamação do príncipe como imperador, cujo convite para cerimônia foi enviado já em 17 de setembro. Em 24 do mesmo mês, Portugal promulgava um Ato Adicional regulamentando a regência no Brasil. Era tarde, o navio Três Corações já estava pronto para embarcar levando a notícia da Independência e Bonifácio, com a mão direita, já estava redigindo a cerimônia de consagração do Imperador, enquanto que, com a mão esquerda, redigia o decreto de devassa contra os organizadores da aclamação de 12 de outubro. A devassa e o processo que sofreram Joaquim Gonçalves Ledo, José Soares Lisboa, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, entre outros, conferiu ao recém iniciado reinado de d. Pedro I um tom mais autoritário que o necessário em meio a uma “febre democrática”, abrasada, entre outras liberalidades monárquicas, pela criação da Ordem do Cruzeiro e pelas garantias que d. Pedro I dava de portar-se como um monarca constitucional.

As eleições para uma Assembléia Constituinte começaram logo, mas não saíram exatamente como se esperava. Bonifácio, por exemplo, galgara apenas 125 votos e muitos dos desterrados foram eleitos. Deputados como o padre Feijó reivindicavam maiores concessões às províncias. Varnhagen perfilou 4 partidos na assembléia eleita em 1823: os andradistas, os ministeriais, os moderados e os democratas - esses considerados radicais.

Grandes eram as críticas aos Andradas, tantas que o oficial-maior da Secretaria da Marinha e também redator do panfleto *Malagueta*, Luís Augusto May, chegou a ser espancado, em um episódio que custou a ser silenciado. A Assembléia passou então a posicionar-se de maneira muito reativa à monarquia, propondo, inclusive, que a promulgação das leis não dependesse da sanção real. D. Pedro e José Bonifácio se opuseram, mas d. Pedro liberou os presos sem culpa formada e Bonifácio entregou sua demissão e foi acompanhado pelos irmãos.

Paralelamente, em Montevideu, com as praças ocupadas por tropas portuguesas que não haviam reconhecido a autoridade imperial, reclamava-se a entrega da Cisplatina à República das Províncias Unidas do Prata. De Lisboa, se reforçava a tese de que o posto de regente era mais confortável para o príncipe, bem como que caso esse posto não fosse aceito, era necessário que o Brasil tomasse certas providências de defesa e organização. Segundo Varnhagen, nessa mesa de negociações estava o hábil Metternich, diante de um Pedro “que não era dono de si”, nem de um patrimônio sustentável.



Na Assembléia, os Andradas não tinham se contentado em estar fora do ministério, tinham se tornado oposição e fizeram do caso de Davi Pamplona, boticário que recebera um tiro anônimo, uma bandeira em prol da liberdade e contra o despotismo monárquico. Não obstante, d. Pedro I perdia poder na versão da Constituição apresentada em 14 de outubro. Nela, cada província deveria eleger um presidente que, auxiliado por um conselho consultivo, configurava uma autoridade superior.

Se o clima político se configurava contra todos os sinais de portugalidade, desde a figura real, para os ministros, “filhos de Portugal”, o ambiente não era melhor. Tanto que se demitiram os de Guerra e de Justiça. Ao designar um novo ministério, d. Pedro dissolveu também a Constituinte. Na sequência da sua restauração, com diferentes membros, o governo decretou a discussão de um projeto de 46 artigos acerca da liberdade de imprensa, já que, segundo Varnhagen, os “abusos” da mesma tinham sido a causa das convulsões anteriores. Voltam, nesse quadro, os Andrada, mas sem os poderes de antes.

Ao mesmo tempo em que Varnhagen pouco se referiu à Constituição de 1824, ele escolheu terminar seu livro sobre a Independência com o processo de reconhecimento pela Inglaterra. Segundo Varnhagen, a única concessão importante feita por d. Pedro I aos ingleses foi a de que o reconhecimento da Independência precedia o reconhecimento do título de Imperador concedido a ele. Para o pesquisador, essa concessão, assim como as demais, destaque-se o pagamento da dívida recém levantada de Portugal à escusa de fazer guerra ao Brasil, tinham sido feitas porque as negociações de reconhecimento se apressaram para serem concedidas a tempo de comemorarem o 7 de setembro, data escolhida por d. Pedro como símbolo desse processo.

Segundo Varnhagen, o povo da corte fluminense, que havia sido envolvido na aclamação de 12 de outubro e depois na coroação de 1 de dezembro em 1822, não se entusiasmou nem com o reconhecimento, nem com o 7 de setembro de 1825, ainda que a diplomacia presente tenha se declarado como tal nos festejos públicos e que d. Pedro I tenha tirado do braço a divisa “Independência ou morte!” que significava que a autonomia brasileira ainda estava em disputa.

Sob o fomento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, leia-se do *padre* Januário da Cunha Barbosa, seu co-fundador e secretário perpétuo, a versão de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde do Porto Seguro, da História da Independência ganharia *status* de referência no quadro da historiografia tradicional ou oficial do Brasil. Isso ocorreu



não apenas porque Varnhagen escreveu uma extensa história da Independência, pois Armitage e Southey já o tinham feito, mas porque, ainda que também partisse de Lisboa, como Southey, ou que conseguisse fazer uma história que também abarcasse dados das províncias, como Armitage, Varnhagen se valeu de fontes inéditas que não se encontravam apenas nos arquivos de difícil acesso de Brasil e Portugal, como também produziu novas fontes, senão considerou elementos importantes da cultura brasileira como fontes e elementos explicativos da compreensão que desenvolveu. Essa produção de novas fontes se deu em três esferas, primeiro nos já referidos testemunhos que coletou e protocolou junto aos contemporâneos desde 1810. Sobre isso, vale dizer que o uso da história oral não contava com o valioso manual de Verena Alberti na época e nem tampouco com as balizas de uma sociologia capaz de orientar entrevistas. Mais do que isso, Varnhagen se valia de uma percepção da história muito sofisticada que estava inscrita no uso que o romântico Chateaubriand fazia da história. Como sabemos, Chateaubriand viveu em San Maló, uma pequena cidade portuária na Bretanha, próxima do Convento de San Michel. O convento foi construído durante a época medieval, assim como o castelo do avô do autor.

A descoberta da historicidade desses espaços, cruzada com as muitas narrativas de viagens feitas pelos marinheiros que aportavam na capital dos corsários que foi San Maló, teria proporcionado ao autor da *Atala* uma relação com a história que era similar aquela que Peter Burke descreveu no livro “Cultura popular na Idade Moderna”, quando se referiu a pesquisadores como Lourenço Valla ou Giogio Vasari. Segundo Peter Burke, é verdade que os italianos do tempo de Petrarca reencontraram uma série de artefatos da antiguidade. Todavia, o valor que conferiram a esses artefatos, sua busca orientada, os métodos que utilizaram para os descrever, classificar, apresentar ao público, era o que definia a História em novos termos, senão a própria humanidade em novos termos, doravante chamada de humanismo e modernidade. Ainda assim, segundo Burke, desse tratamento dado à antiguidade depreendeu-se uma metodologia que também foi aplicada à cultura popular, fazendo emergir algumas das ideias germinais para o conceito de patrimônio histórico. Essa conceitualização nos permite perceber o quanto o Renascimento e o Romantismo estabeleceram uma relação com a história que renovava e multiplicava as dimensões da historicidade.

Na historiografia brasileira, ainda que muitas experimentações já tivessem sido realizadas, foi com Varnhagen que um número maior e mais complexo de dimensões do tempo esteve à disposição do leitor. Em sua obra encontram-se a memória daqueles que



testemunham, a história que ele redige e o patrimônio histórico que edificou com sua construção. Varnhagen inventou uma forma de realizar uma pesquisa histórica do tempo recente na produção dessas fontes pouco exercitada por um Leopold von Ranke, ou um Jules Michelet, várias vezes reputados como sua inspiração metodológica, mas que talvez, sim, tenha sido guiada pelas obras de um Chateaubriand, aliás citado logo no início do texto sobre as raízes iluministas da literatura brasileira em texto publicado já nos primeiros tomos da revista do IHGB. Talvez, a utilização de um Michelet ou de um Ranke, em Varnhagen, se deva ao estatuto que esse historiador conferiu aos discursos dentro de sua obra. Diferente de Southey ou de Armitage, Varnhagen se remeteu aos discursos proferidos como atos ou eventos cuja importância não é menor do que a da formação de uma tropa em linha. O autor também conseguiu captar de maneira mais sensível os modos de dizer desses discursos, valendo-se de uma cultura que muitas vezes é reputada como natureza e que era tema dos próceres do nacionalismo francês e alemão.

Depois, Varnhagen se debruçou sobre os jornais e panfletos da década de 1820, fazendo deles uma fonte histórica devidamente referenciada, mas também sistematicamente estudada. Utilizar os jornais como fontes de pesquisa, e não como dado de memória inserido no contexto de um diário de viagem, não era trivial. Humboldt tinha iniciado esse uso e sido seguido por Southey que duvidou dos dados ali contidos e optou por não valer-se dessas fontes como representação das tensões em jogo. Diferente, ainda, de Armitage, Varnhagen leu especialmente o *Revérbero*, a *Malagueta*, o *Espelho* e o *Regenerador*, ou seja, os emblemas literários de cada um dos partidos que pretendeu representar em sua história, extrapolando uma história binária. Ainda que sua posição política seja clara no texto, a aspiração desse historiador era a da imparcialidade e o recorte de fontes que aqui expomos atesta uma metodologia orientada na definição das fontes de pesquisa.

Por fim, Varnhagen diplomata, teve o acesso e também a idéia de recorrer às correspondências oficiais dos agentes diplomáticos em jogo. Armitage poderia ter tido essa idéia acerca da documentação comercial, não teve. Southey poderia ter tentado acessar essa documentação, não tentou. A diplomática, área de conhecimento que derivou dos conhecimentos históricos, mas que também fomentou estudos genealógicos e de autenticidade de fontes desde muito antes da edificação do Arquivo de Simancas, é, sem dúvidas um campo de difícil acesso, dado o caráter confidencial de suas informações e dados. Não obstante, Varnhagen começou aí uma tradição de história do Brasil no seio do seu corpo diplomático



que é seguida até os dias atuais. Em sua *História da Independência* ele contou com dados consulares espanhóis, franceses, ingleses e austríacos podendo, com essa amplitude de parâmetros, confabular uma história relativamente comparativa e mais global do que o que se tinha feito até então da Independência do Brasil.

Na segunda edição de sua *História do Brasil*, o trecho sobre a Independência foi suprimido, o que foi esclarecido desde o título da obra. Trata-se de uma publicação da mesma editora que imprimiu a primeira edição, a Laemmert, no ano de 1877. Nela, Varnhagen ampliou e revisou as demais partes do livro que, depois foram utilizados para uma recomposição da Independência, levada a cabo em 1916 e que teve muito haver com a ascensão de outro diplomata, Oliveira Lima, à Academia Brasileira de Letras, mas isso já é outra história. Aos 62 anos de idade, um ano após a publicação em foco, o historiador faleceu em Viena. Depois de Varnhagen, o que poderia ser escrito de novo sobre a Independência do Brasil?

3. De Abreu e Lima a Tristão de Athayde: das fronteiras aos patriarcas

Em 1843, o general José Ignácio de Abreu e Lima se gabava de não trazer nada de novo, mas apresentar tudo o que tinha sido escrito junto e resumido. Em outras palavras, se nos primeiros anos após a Independência era importante conseguir registrar o processo, nos anos seguintes, havia se tornado importante conseguir contar essa história de uma maneira compacta o suficiente para poder difundi-la com alguma amplitude e rapidez.

Abreu e Lima, que tinha sido um dos generais de Símon Bolívar e tinha atuado na Independência da Venezuela, publicou seu “Compêndio de História no Brasil” pela mesma Laemmert que publicou Varnhagen. Na versão de Abreu e Lima, os militares tinham mais relevo do que em praticamente todas as outras versões da história da independência do Brasil. Não propriamente a tropa, mas sim os generais palatinos. Para mais, a história da Independência deveria ser incluída num Plano de Instrução Nacional que, tal como aquele escrito por Francisco de Borja Garção Stockler em 1799 e publicado pela Academia Real de Ciências, previa uma formação mais ampla e acessível para a população. Nesses termos, vale destacar a preocupação social do militar-historiador no seu fazer histórico.

O general assinalava, nas reiteradas edições que publicou da obra, que a História do país era muito condicionada por sociedades e associações literárias que eram lideradas,



quando não monopolizadas, por padres-mestres. A ponta desse alfinete estava virada para Januário da Cunha Barbosa que à frente da Biblioteca Imperial, orador da maçonaria, pregador da Capela Real, entre outras atividades, de fato, pode-se dizer que monopolizava um pouco os rumos da literatura sobre a pátria.

Januário da Cunha Barbosa foi o primeiro a desferir golpes contra a história do general. Dizia que era plágio, que havia equívocos, que o general atribuía feitos a quem não tinha feito nada e que era lido por quem gostava de ler pouco. A rusga ficou conhecida e, de alguma maneira, ajudou Abreu e Lima a conquistar alguma fama literária, já que foram poucos os seus trabalhos escritos.

Outras rusgas, desta feita literárias, também estavam em franco processo de publicação e em muito podem contribuir para que se entenda tanto o processo de Independência, quanto a literatura que a Independência produziu. Neste grupo pode-se inserir desde o "Parnaso Brasileiro", de Januário da Cunha Barbosa, um compilado de poesias, publicado em 1832; passando por "História da Literatura Brasileira e outros ensaios" de Joaquim Norberto de Souza Silva, publicado em 1840; o "Curso de Literatura Nacional" de Fernandes Pinheiro, em 1862 e "O Brasil Literário" de Ferdinand Wolf, em 1863. É certo que essa lista está incompleta, mas ela vale porque todas essas obras destacam trabalhos literários que foram publicados nos anos 1820 e tem como tema a Independência. Entre os gêneros que todos concordam denominar como um gênero literário "histórico", figuram a poesia épica, os sermões e os romances históricos. O indigenismo e uma espécie de fixação com a descrição de uma natureza tropical se repetem como tópicos das fontes literárias referidas. Em alguns casos, como em Wolf, alguns diários de viagem são citados como obras de caráter literário, sempre com muitas ressalvas.

Em 1845, o missionário presbiteriano Daniel P. Kidder publicava um esboço histórico sobre o Brasil aonde esteve 10 anos antes. No esboço anotava: "Não se pode estar mais de uma hora nas ruas do Rio de Janeiro sem ver um padre..." (KIDDER et FLETCHER, 1845/1941, p. 159). Talvez por isso tenha passado mais tempo na região amazônica. De uma maneira ou de outra, retrata ali uma história da independência que revela muito brevemente, como a região norte lidou com o tema.

Entre 1862 e 1864 seriam ainda publicados, respectivamente, por Zacarias de Goes e Vasconcelos e Brás F. H. de Souza dois libelos em prol do poder moderador, "Da natureza e limites do poder moderador" e "Do poder moderador". Ao que parece, ambos políticos que



teriam iniciado suas carreiras como acadêmicos conservadores e, nessa fronteira teriam publicado a maior parte de seus trabalhos, incluindo os referidos; mas que, uma vez no poder, teriam se tornado liberais. Querelas políticas à parte, a figura do herói monárquico e militar foi o destaque central das obras.

Ainda em 1864, João Manuel Pereira da Silva iniciou a publicação de um ambicioso projeto, os 14 livros em 7 volumes de uma “História da Fundação do Império do Brasil” (1864). O autor, que ouvia os sermões de frei Francisco do Monte Alverne em seus anos de formação e, depois, se formou em Direito na cidade de Paris no mesmo ano que Constâncio Solano publicou sua história, explorou a genealogia da nobreza que configurou a corte bragantina cuidadosamente e, também, cronologicamente. Importava, para ele, assim como para Goes e Souza, demonstrar o triunfo e a consolidação da monarquia brasileira. Nestes termos, a sua Independência do Brasil começava em Portugal.

De acordo com uma informação na biblioteca digital do Senado brasileiro, o livro foi um dos mais vendidos de sua época: a primeira edição teria chegado a publicar 3.000 exemplares. Não seria de espantar a veracidade dessa informação se soubéssemos que Pereira da Silva foi também um dos principais autores da revista *Nitheroy* que, de alguma maneira, inaugurou o Romantismo no Brasil. Não só isso, esse autor foi depois um renomado deputado brasileiro, entre outros cargos públicos.

Para que se tenha uma idéia da obra, passemos os olhos pelo seu sumário. Na primeira seção do livro 1, Pereira da Silva começou em 1640, com os eventos que levaram o Brasil a tornar-se um principado de Portugal, mas chegou rapidamente ao Marques de Pombal. Na seção 2, abordou o governo de d. Maria I, o perfil de Carlota Joaquina e o caráter do regente. Na seção 3, Pereira da Silva apresentou um estudo sobre a situação econômica de Portugal, incluindo sua agricultura, administração civil e religiosa e relação com o Brasil até a chegada dos franceses em 1807. Desse primeiro livro, um dos elementos que considero de maior valor é a tentativa de apresentar uma estatística de Brasil e Portugal na virada do século XVIII para o XIX, tarefa que sabemos não ser fácil nem agora e muito menos no final do século XIX sobre o início do mesmo século.

No segundo livro, incluso no mesmo tomo, o autor “desembarca” no Brasil de antes da chegada da corte portuguesa e descreve suas condições e paisagens, pelo menos aquelas situadas em torno do Rio de Janeiro e de outras grandes cidades. No final da edição encontram-se 40 páginas de transcrições dos documentos considerados mais importantes para



a história que se contou. Há, por exemplo, uma listagem dos navios que carregaram as cortes para o Brasil, o regimento de migrações para o Brasil de 1720 e uma série de materiais até hoje em dia de difícil acesso para pesquisadores. Na segunda e na terceira seção do livro 2, a viagem e a chegada da corte de d. João VI são explorados e comparados com a situação que a América espanhola em torno do Brasil enfrentava. O livro quarto é, mais uma vez, ocupado pela situação em Portugal. Mais 50 páginas da transcrição documentos são incluídas no final do tomo: o decreto do general Junot, a declaração de regência em Portugal, entre outros.

Daí em diante, revoluções. Dos livros 5 e 6, no mesmo tomo, além das revoluções hispano-americanas, Pereira da Silva se dedica ao estudo do Congresso de Viena, de que compila toda uma série de documentos. No livro sétimo, Pereira da Silva aborda a questão da Cisplatina, o casamento de Pedro com Leopoldina e a revolução de Pernambuco. Os documentos desse volume se referem igualmente a tais temas. Os livros nono e décimo abordam a revolução de 1820 na Espanha e no Porto, a partida de d. João VI e a regência de d. Pedro I, entre os documentos do volume, os decretos reais de 1821. Os livros 11 e 12 vão desde a nomeação do Conselho de Procuradores, passando pelo que Pereira da Silva chama de lutas entre o Revérbero e o Tamoyo, até a aclamação de d. Pedro I pelo Senado, como o autor denomina. O decreto de d. Pedro I sobre a liberdade de imprensa é um dos preciosos documentos desse volume. Os últimos livros dessa odisséia abordam os primeiros anos do governo de d. Pedro I, incluindo as entradas e saídas dos Andradas no governo e a primeira Assembléia Constituinte, além da chegada de Lord Cochrane e dos desdobramentos na Bahia. O tomo termina com o reconhecimento da Independência por d. João VI. Os documentos são dois: o projeto de constituição de 30 de agosto de 1823 e o tratado de reconhecimento da Independência do Brasil.

Como se pode notar, uma das grandes vantagens de um projeto editorial de prestígio ou grande investimento como é o caso dessa obra de Pereira da Silva foi a inclusão de uma transcrição da documentação pertinente ao tema. Ora, se gostamos de assinalar que a grandeza de Varnhagen foi a divulgação de novas fontes históricas, também deveríamos nos ufanar de ter tido um acesso a essas fontes a partir de Pereira da Silva, cujas publicações fizeram chegar nas franjas do país documentos únicos que só poderiam ser acessados por especialistas se deles tivéssemos apenas as versões originais. Nesse sentido, embora não seja reputado como tal, Pereira da Silva foi um dos primeiros grandes “historiadores públicos”, como se diz hoje



em dia quando se espera fortalecer o papel daquele profissional preocupado com a garantia do acesso digital às fontes históricas brasileiras.

Vale dizer que a obra foi publicada na Typographia Portuguesa de Simão Raçon e Companhia, em Paris. Algumas cartas trocadas entre Gonçalves de Magalhães, amigo de Pereira da Silva, e frei Francisco do Monte Alverne sobre os custos e formas de publicar-se uma obra, me levam a crer que o próprio Pereira da Silva financiou sua publicação. Num segundo trabalho, publicado em 1871 e intitulado “Segundo período do reinado de dom Pedro I no Brazil”, publicado pela Garnier, Pereira da Silva anuncia dedicar-se ao período compreendido entre 1825 e 1831. Todavia, essa obra não possuía a graça dos documentos transcritos na edição precedente.

Muito menos moderado ou amante da monarquia é o autor de “O Brasil e os brasileiros”, Augusto Aguiar, publicado em 1866 - um crítico audacioso dos costumes políticos locais que recorria ao modo como a Independência tinha sido proclamada, segundo ele numa negociata, para explicar por quê o Brasil tinha tão poucas condições para prosperar. No mesmo ano encontravam-se na mesma sala de aula do curso de Direito no Largo São Francisco, em São Paulo, os jovens Castro Alves, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Não obstante, seguiu-se à publicação dessas obras um silêncio editorial, um interregno historiográfico em que a Guerra do Paraguai se intensificou e, depois, cessou. Dessa época são também as memórias da Comuna de Paris, em 1871.

Em 1877, há notícias de duas publicações interessantes. O médico Alexandre José de Mello Moraes, um autor já experimentado em vários gêneros e que havia publicado uma década antes uma História do Brasil de 1808 até 1871, publicou uma obra com um título longo e algo explicativo do tipo de análise que pretendia fazer: “A Independencia comprada por dous milhões de libras sterlinas e o Imperio do Brazil com dous imperadores no seu reconhecimento, e cessão | Historia da constituição politica do patriarchado e da corrupção governamental, provada com documentos authenticos”. As seis questões que introduzem o livro questionam a Independência promulgada por d. Pedro I, tendo em vista aquela alcançada em 1815; o posto de José Bonifácio como patriarca da Independência; e o início da corrupção no Brasil. A obra finaliza com um ataque incisivo contra o que o autor chama de “piranhas do liberalismo”. Tratam-se menos de novas fontes, mas mais uma contribuição que procura demonstrar manobras políticas de manutenção no poder de velhas oligarquias. Emergiu aqui, igualmente, um tipo de narrativa que é jocoso e se apresenta como denúncia. Uma forma de



história que pode não ser considerada séria, mas que também não é ignorável, uma vez que robusta, no país.

Menos célebre entre os publicistas, mas certamente bem mais lido entre os populares, “Episódios da História Pátria contados à infância”, de Fernandes Pinheiro. Digo mais lido porque o livrinho do cronista do Império, cônego e professor do Imperial Colégio d. Pedro II, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi “adotado pelo Conselho Director da Instrução Pública” e em 1877, já se encontrava na sua 10ª edição. Ora, senhores e senhoras, é muito difícil encontrar um livro de História com 10 edições até mesmo no século XXI! O que não se aplica, entretanto, para materiais didáticos, como é o caso, mas ainda assim guarda alguma raridade.

Nessa História do Brasil, 33 capítulos distribuídos em 197 páginas encadernados em um formato A4 - 1/4. O descobrimento inicia a nossa História que se apresenta como uma sucessão de eventos em que o território brasileiro foi defendido de agressores internos (emboabas e palmares) ou externos (franceses, holandeses e espanhóis), além de remediado de doenças (epidemia de 1686). A chegada da família real, a incorporação de Montevideu, a revolução de Pernambuco, o regresso d’El Rei e a proclamação da Independência e do Império são os capítulos que discutem a Independência mais diretamente. O autor não se dispõe a prosseguir com sua narrativa porque “difficil é falar dos vivos ou d’aqueles cujos tumulos estão ainda tepidos: para elles não começou ainda o juizo da eternidade” (PINHEIRO, 1877, p. 197), afirmava o professor. Note-se, consoante, que toda uma historiografia instrucional, da Independência pode ter sido redigida e fortemente difundida sem que a nossa historiografia tradicional a tenha incorporado como elemento formador do ideário mais geral da Independência. Como essa obra que destaque foi aquela adotada pela Diretoria da Instrução Pública, creio que tenha sido das mais influentes de sua época. Aqui, logo no terceiro capítulo, clérigos são pintados em fortes cores heróicas, todavia, no que diz respeito à Independência, poucos nomes são citados senão o de um herói. incondicional, d. Pedro I, e alguns dos seus algozes mais recorrentes, como o general Avilez.

Apenas 3 anos depois, em 1879, o português Joaquim Pedro de Oliveira Martins iria publicar o seu “História de Portugal”, com alguns capítulos atenciosos em relação ao Brasil e sua Independência. No ano seguinte, 1880, Oliveira Martins ainda publicou “O Brasil e as Colônias Portuguesas”, colocando o Brasil numa perspectiva colonial mais ampla. Na leitura de Martins, um acordo entre as duas pontas da monarquia já aparece insinuada desde a época



de Pombal, quando a escravidão toma rumos diferenciados nesses dois territórios. Bem assim, os ingleses emergem como mediadores dessa relação dado seu interesse no incremento das riquezas, tema muito caro ao socialista proudoniano que Oliveira Martins foi. O anticlericalismo de d. Pedro, I aqui e IV lá, também tem uma ressalva que não foi corriqueira na historiografia local.

No ano de 1883, "O abolicionismo" de Joaquim Nabuco tirou o fôlego da historiografia sobre a Independência. A defesa da discussão do tema tornou-se uma identidade do partido conservador. Era urgente libertar as pessoas escravizadas e imoral falar de qualquer tipo de liberdade patriótica antes que todos os seres humanos da dita pátria pudessem acessar esse direito. A apnéia durou pouco, após a Lei Áurea, em 1888, a Independência já estaria de volta à pauta, desta vez, com a justificativa da defesa territorial.

Desde o início da República, proclamada em 15 de novembro de 1889, o Barão do Rio Branco também vinha publicando uma "História do Brasil" no periódico *Le Bresilien*. Em 1894, a obra ganhou uma tradução de João Vieira de Almeida e foi publicada em São Paulo, pela Livraria Teixeira & Irmão. A obra mantém uma história à moda diplomática, em que o tempo se aplica à explicação do espaço e suas configurações. Cerca de 50 páginas são dedicadas à Independência e a principal vantagem do movimento independentista teria sido criar um amálgama comum capaz de manter a unidade de tão vasto território mediante diferenças regionais já marcadas por uma história local pregressa que foi de alguma maneira negligenciada pelos autores que precederam o Barão.

O Barão do Rio Branco, de certa maneira, tanto continuou quanto lapidou aquele estilo de História forjado por Varnhagen, com a vantagem de apresentar uma ampliação da perspectiva territorial adotada por ele. Nos autores do final do século XIX, entretanto, a religião e seus oradores parecem perecer junto aos ideais independentistas, como se a maçonaria ou mesmo o iluminismo nos tivessem distanciado das muitas batinas que inclusive difundiram tais instituições por aqui. Aos poucos é possível notar um silenciamento dessas vozes que são relegadas a uma história colonial do Brasil, o que mesmo aquela história ensinada nas escolas também nos mostrou.

Em 1894 e 1895, ainda saíram os artigos "Patriarcas da Independência Nacional" e "Indicações sobre a história nacional" do juiz-historiador Tristão de Alencar Araripe, na Revista do IHGB em que se previa a necessidade de revisar alguns pontos da História do



Brasil, sobretudo no que diz respeito à centralidade que algumas regiões haviam exercido na memória de acontecimentos que diziam respeito à todo o país.

No primeiro texto, Araripe defendeu que não existiu um patricarca da Independência do Brasil porque a única camada culta da sociedade era o clero, as províncias eram desunidas e, portanto, todos trabalharam igualmente pela Independência. Apresenta, então, o juiz uma interessante volta em seu discurso, com a seguinte pergunta: *“Se fica resolvido que não apareceu iniciador da ideia e que não tivemos protagonista eminente que arrogasse aos seus esforços o êxito da contenda, seguir-se-á porventura, que não possamos dar a alguém o glorioso título de patriarca da Independência nacional?”* (ARARIPE, 1894, p. 173).

Note-se que o historiador tem consciência do seu poder decisório, assim como do poder decisório de seu público, na fabricação da História. A questão foi transcrita na revista do IHGB, mas apresentada em uma das muitas conferências realizadas na “Escola Popular da Glória” no ano de 1876. O que segue é a escolha de d. Pedro I, José Clemente Pereira e José Bonifácio como patriarcas da Independência porque atuaram em três momentos considerados decisivos: o dia do fisco, a criação da Assembléia Constituinte e o sete de setembro. Note-se que Clemente Pereira solapa a memória de Sampaio. Vale, ainda, nessa história de Araripe, a combinação de fatores, ou seja, o método de análise das fontes históricas. É importante ressaltar que o texto é fruto de uma conferência cujo ciclo tem sido considerado pioneiro no campo da História Pública e que, destarte, a metodologia da pesquisa histórica não se refere somente ao modo como os dados são levantados, mas também em relação ao modo como esses dados são apresentados. Nesse ensejo, a forma de divulgação da história é parte da metodologia histórica. Será, pois, interessante verificar o segundo texto publicado pelo autor na RIHGB para entender melhor essa sua noção de metodologia da pesquisa histórica.

Em “Indicações sobre a história nacional” Araripe evocou Frederico de Ancilon para vaticinar que “só o passado explica o presente e esclarece o futuro”(p. 260). Depois apresentou uma explicação da importância da instrução histórica, em relação à justiça. No seu “modo de escrever a história”, espelhava a idéia ciceroniana de uma história mestra da vida. Na diferenciação entre uma história antiga e moderna, assinalava que os primeiros escrevem uma história dos reis e os segundos uma história dos povos. Entre os historiadores brasileiros de destaque, elencou: Pedro Gândavo e Rocha Pita como contadores de lendas. Robert Southey e Pereira da Silva como historiadores que desempenharam com vantagem seus encargos, ambos por conta do grande número de fontes de que dispuseram. Afonso de Beauchamp e David



Warren seriam meros recompiladores. Francisco de Varnhagen teria escrito sem estilo, embora autor de grandes serviços de investigação. Eis, pois, uma das primeiras histórias da historiografia acerca da Independência. No julgamento de Araripe, “O futuro historiador do Brasil será aquele que souber ensinar-nos donde veio, e como formou-se este povo magnanimo, escitando ao mesmo tempo o patriotismo dos Brasileiros, já tão assinalado no passado, e tão prometedo do futuro.” (ARARIPE, 1895, p. 290).

Assim, no final do século XIX, mesmo para um dos mais tradicionais redutos da história nacional, o IHGB, era necessário refletir sobre o modo como a história da Independência era construída. Entre os paulistas da mesma estirpe, essa reflexão foi misturada com argamassa na contratação do arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, em 1884, para a projeção de um "um monumento-edifício" que se levantasse como um obelisco aonde a Independência, supostamente, havia sido proclamada. As obras foram concluídas em 1890, a tempo de comemorar o aniversário do início da República, melhor dizendo, do fim do Império. Dois anos depois, o edifício ganhou a peça que lhe deu celebridade, o quadro pintado por Pedro Américo de Figueiredo e Melo.

4. Considerações Finais

Em 2022 eu organizei e publiquei um volume especial sobre a Independência do Brasil na revista acadêmica da instituição aonde trabalho. Esse volume começou a ser pensado no ano de 2020 e embora eu tenha convidado muitos autores para redigirem uma historiografia Oitocentista acerca da Independência e todos reconhecerem a relevância do tema, a maioria se esquivou da tarefa por considerá-la longa, trabalhosa e até enfadonha demais. Concordei com os argumentos, mas permaneci convicta da necessidade dessa revisão, especialmente porque, nas salas de aula, noto que a leitura dos autores do século XIX tem se tornado cada vez mais rara. Certeza que também advém da constatação de que a Independência figura como tema central para a historiografia brasileira, e que, em 2022, foi evocada como a origem de uma suposta tradição conservadora, cuja semente teria sido lançada no século XIX e florescido no século XX. Daí a importância de revisar os trabalhos oitocentistas: mapear e problematizar as tradições historiográficas que alimentaram tal pensamento.

O vasto material bibliográfico encontrado foi dividido em três períodos. No primeiro, a História da Independência transitou da memória para a cronologia, nascendo próxima às

pias batismais dos monarcas e, posteriormente, ganhando oficialidade também na burocracia protestante, onde se “desencantou”, para usar a expressão de Max Weber, racionalizando o mito memorial em forma de cronologia. No segundo, vemos a História da Independência escrita como instrumento de afirmação no mercado internacional: uma efeméride convertida em capital cultural, integrando o patrimônio nacional brasileiro. Por fim, das fronteiras aos patriarcas, assistimos às disputas pela primazia no processo de Independência: militar, literária, burocrática — quem teria sido mais importante? Até onde se estendia essa importância? Com quais materiais poderia ser comprovada? Para quem qual Independência outorgaria maior poder? Dessa fase de maturação emergiriam, mais tarde, trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior — tidos como a "Santíssima Trindade" da historiografia brasileira, mas, como se observa, assentados sobre os ombros de gigantes Oitocentistas.

Entre as muitas lições dessa revisão bibliográfica e dos diálogos com os generosos pareceristas do IHGB, ressalto a distinção necessária entre história tradicional e história conservadora. Percebe-se, ao longo deste ensaio, que o Instituto teve papel relevante no primeiro Centenário da Independência, promovendo uma produção histórica tradicional — mas também inovadora em vários sentidos.

No arco Oitocentista da História da Independência, a monarquia foi, inicialmente, celebrada; depois, julgada com severidade. Próximo ao século XX, o debate deslocou-se para o papel da sociedade civil — nobres, militares, negociantes, beletristas — na construção da unidade e autonomia nacional. Nesse movimento, como se pode perceber em autores como Tristão de Alencar Araripe, projetou-se o desejo de criar heróis e/ou patriarcas capazes de personificar uma nação menos jovem, promissora e impulsiva, mais polida, sólida e diplomática.

Estas breves achegas à historiografia oitocentista da Independência não esgotam, nem pretendem esgotar, a complexidade do tema. Talvez aqui se negligenciem importantes contribuições, mas também se buscou iluminar passagens esquecidas e reunir os autores mais recorrentes em uma ordem cronológica, destacando as fontes e a maneira como foram exploradas ao longo do século XIX. Em outras palavras, procurei, com este ensaio, dar a Ranke apenas o que era de Ranke.



Referências²

DURAN, Maria Renata da Cruz. *A Independência do Brasil na Capela Real (1808–1831)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023. Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP 2021). Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/pesquisa-e-editoracao/programa-nacional-de-apoio-a-pesquisa/pnap-2021/a-independencia-do-brasil-na-capela-real-1808-1831>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memorias para servir à historia do Reino Unido do Brazil, divididas em tres epocas da Felicidade, Honra, e Gloria; escriptas na corte do Rio de Janeiro, no anno de 1821, e offerecidas A S. Magestade El Rei Nosso Senhor o senhor D. João VI*. Lisboa: Imprensa Régia, 1825. 2 v. Disponível online em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6691>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822. 8 v. Disponível online em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Tradução de Ana Rabaça. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990.

LISBOA, José da Silva. *Crônica autêntica da Regência do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829. Disponível online em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/153>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KRAAY, Hendrik. A independência na historiografia europeia e norte-americana. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 131-154.

GRANT, Andrew. *History of Brazil: comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events which have occurred there since its discovery; a description of the manners, customs, religion, etc. of the natives and colonists; interspersed with remarks on the nature of its soil, climate, productions and foreign and internal commerce; to which are subjoined cautions to new settlers for the preservation of health*. London: Colburn, 1809. Disponível online em: <https://archive.org/details/historyofbrazilc00granuoft>. Acesso em: 28 abr. 2025.

HENDERSON, James. *A history of the Brazil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. &c. &c.* London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1821. Disponível online em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/72778>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasilica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil: composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia, 1817. 2 v. Disponível online em: <https://archive.org/details/corografiabrazil01casa>. Acesso em: 28 abr. 2025.

LINDLEY, Thomas. *Narrative of a Voyage to Brasil: Terminating in the Seizure of a British Vessel; with General Sketches of the Country, Its Natural Productions, Colonial Inhabitants, &c.* London: J. Johnson, 1805. Disponível online em: <https://archive.org/details/narrativeavoyag00lindgoog>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, 1810–1819. 3 v. Disponível online em: Volume 1 (1810): <https://archive.org/details/historyofbrazil01sout>; Volume 2 (1817): <https://archive.org/details/historyofbrazil02sout>; Volume 3 (1819): <https://archive.org/details/historyofbrazil03sout>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1845. 3 v.

² Optei pela ordem de citação, pelas primeiras edições e também procurei acompanhar as obras pelos seus links de acesso. Lamento se com o tempo, os hiperlinks expirarem. Ficarão registrados, contudo, os repositórios utilizados.



WALSH, Robert. Notices of Brazil in 1828 and 1829. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830. 2 v. Disponível online em: Volume 1: <https://archive.org/details/noticesofbrazili01wals> ; Volume 2: <https://archive.org/details/noticesofbrazili02wals> . Acesso em: 28 abr. 2025.

BEAUCHAMP, Alphonse de. Réfutation de l'écrit intitulé, Coup-d'œil sur l'état politique du Brésil au 12 novembre 1823, considéré dans ses divers rapports avec le Portugal. Paris: [s.n.], 1824. Disponível online em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Réfutation_de_l%27écrit_intitulé_Coup-d%27-œil_sur_l%27état_politique_du_Brésil_au_12_novembre_1823_considé_ré_dans_ses_divers_rapports_avec_le_Portugal_publicé_a_Londres_en_mars_1824.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

MONGLAVE, Eugène de. Correspondance de don Pèdre Premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal, don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil. Paris: Tenon, 1827. Disponível online em: <https://books.google.com.br/books?id=BmACAAAAYAAJ> . Acesso em: 28 abr. 2025.

BELLEGARDE, Henrique Luís de Niemeyer. Resumo da história do Brasil até 1828: traduzido de F. Denis, correto e aumentado. Rio de Janeiro: Tipografia de Gueffier e Companhia, 1831. Disponível online em: https://archive.org/details/resumodahistoria00niem_0. Acesso em: 28 abr. 2025.

DENIS, Ferdinand. Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume. Paris: Nepveu, 1822. 6 v. Disponível online em: <https://archive.org/details/lebrsilouhистoir01deni>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DENIS, Ferdinand. Résumé de l'histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'histoire de la Guyane. Paris: Lecointe et Durey, 1825. Disponível online em: <https://archive.org/details/resumdelhистoir00denigoog>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DEBRET, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S.M.D. Pedro Premier, fondateur de l'empire brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834–1839. 3 v. Disponível online em: Volume 1 (1834): <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3813> ; Volume 2 (1835): <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802> ; Volume 3 (1839): <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4716>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RUGENDAS, Johann Moritz. Voyage pittoresque dans le Brésil. Paris: Engelmann & Cie., 1835. Disponível online em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k55677273>. Acesso em: 28 abr. 2025

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Précis historique des révolutions du Brésil. Paris: Gide fils, 1833. Disponível online em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1047068>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GRAHAM, Maria. Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824. Disponível online em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k76129v>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, Francisco Gomes da. Memórias oferecidas à Nação Brasileira. Londres: L. Thompson, 1831. Disponível online em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/3c3d6528-3606-4712-8c7e-3c898abe8371>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, Francisco Gomes da. Memórias oferecidas à Nação Brasileira. Edição crítica, introdução e notas de Octavio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

WARDEN, David Bailie. Histoire de l'Empire du Brésil, depuis sa découverte jusqu'à nos jours. Paris: Chez l'Éditeur, 1832. 2 v. Disponível online em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/008732884>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ARMITAGE, John. História do Brasil: desde a chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Tradução de [nome do tradutor, se disponível]; introdução de Odilon Nogueira de Matos; notas de Brasil Bandecchi e Maria Thereza S. Petrone. São Paulo: Melhoramentos, 1943. 2 v.



ARMITAGE, John. The History of Brazil: from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831. London: Smith, Elder and Co., 1836. 2 v. Disponível online em: Volume 1: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4925> ; Volume 2: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4971> Acesso em: 28 abr. 2025.

BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, p. 128–130, 1839. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/volume-1-1839> . Acesso em: 28 abr. 2025.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1–26, 1843. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/volume-5-1843>. Acesso em: 28 abr. 2025.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Biografia dos brasileiros distintos por Armas, Letras, Virtudes, etc.: Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 7, p. 260–262, 1845. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/volume-7-1845>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI impresso com o titulo de Noticias do Brazil. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1839. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/reflexoes-criticas-sobre-o-escripto-do-seculo-xvi-impresso-com-o-titulo-de-noticias-do-brazil-0/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Chronica do descobrimento do Brazil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/chronica-do-descubrimto-do-brazil/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

CHELMICKI, José Carlos Conrado de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Corografia cabo-verdiana ou descrição geográfico-histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/corografia-caboverdiana-ou-descricao-geografico-historica-da-provincia-das-ilhas-de-cabo-verde-e-guine/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Épicos brasileiros. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1845. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/epicos-brasileiros/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1854–1857. 2 v. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4925> (Volume 1) e <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4971> (Volume 2). Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramuru perante a história. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1859. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/o-caramuru-perante-a-historia/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Rio de Janeiro: Typographia de L. C. da Cunha, 1871. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-das-lutas-com-os-holandeses-no-brasil-desde-1624-a-1654/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia de L. C. da Cunha, 1916. (Publicação póstuma). Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-da-independencia-do-brasil/html/> . Acesso em: 28 abr. 2025.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500–1800. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



MICHELET, Jules. *Introduction to World History*. Translated by Flora Kimmich. New York: Open Book Publishers, 2013.

RANKE, Leopold von. *The Theory and Practice of History*. Edited with an introduction by Georg G. Iggers and Konrad von Moltke. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1973.

ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compêndio da história do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843. 2 v. Disponível online em: Volume 1: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7639> ; Volume 2: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7768>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo Brasileiro, ou colleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como já impressas*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829–1830. 2 v. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2549>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001. Disponível em: <https://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Cap%C3%ADtulos%20de%20Hist%C3%B3ria%20da%20Literatura%20Brasileira%20e%20outros%20estudos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1234> . Acesso em: 28 abr. 2025.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário: história da literatura brasileira*. Tradução de Carlos G. da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1955. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufjr.br/handle/doc/51>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias (Rio de Janeiro e província de São Paulo)*. Tradução de [nome do tradutor, se disponível]. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 3).

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Da natureza e limites do poder moderador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224211>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUZA, Brás Florentino Henriques de. *Do poder moderador: ensaio de direito constitucional contendo a análise do título 5º, capítulo 1º da Constituição Política do Brasil*. Recife: Tipografia de Joaquim José de Miranda, 1864. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224212> . Acesso em: 28 abr. 2025.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *História da fundação do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864–1871. 7 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528945> . Acesso em: 28 abr. 2025.

AGUIAR, Augusto. *O Brasil e os brasileiros*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1866. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025. objdigital.bn.br/objdigital.bn.br+8objdigital.bn.br+8objdigital.bn.br+8

MORAES, Alexandre José de Mello. *A Independência e o Império do Brasil: ou a independência comprada por dois milhões de libras esterlinas*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1877. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224213>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Episódios da História Pátria contados à infância*. ed. rev. e melh. Rio de Janeiro: B.-L. Garnier, [1877?]. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100832458>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1879. 2 v. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/006087453>. Acesso em: 28 abr. 2025.



MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. O Brasil e as colônias portuguesas. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100364449>. Acesso em: 28 abr. 2025.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Londres: Typographia de Abraham Kingdon & Cia., 1883. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4692>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do). História do Brazil. Traduzida do francês por João Vieira de Almeida. São Paulo: Livraria Teixeira & Irmão, 1894. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4119/1/019690_COMPLETO.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

DURAN, Maria Renata da Cruz (org.). A independência do Brasil – 200 anos. Revista Antíteses, Londrina, v. 15, n. especial, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/view/1850>. Acesso em: 28 abr. 2025